



MIP Holding S.A.

CNPJ: 05.927.472/0001-08

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas 31 de dezembro de 2025 com Relatório do Auditor Independente

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A MIP Holding encerra o exercício com desempenho robusto, refletindo a consistência na execução da estratégia, a disciplina na alocação de capital e a resiliência de seu modelo de negócios. A receita gerencial bruta consolidada atingiu R\$ 1,969 bilhão, crescimento de 20,92% em relação ao exercício anterior.

receber importantes reconhecimentos em qualidade e segurança. A segurança do trabalho permaneceu como prioridade estratégica, com a continuidade e ampliação do programa conduzido em parceria com a DSS+, abrangendo a totalidade dos projetos e unidades. No exercício, a Companhia avançou em sua estratégia de crescimento e sofisticação tecnológica por meio da celebração de uma joint venture com a Master Drilling, empresa globalmente reconhecida em soluções de perfuração mecanizada.

de mais uma usina fotovoltaica de 4,835 MW no município de Formiga-MG. Além disso, foi iniciada a operação de uma ETE (Estação de tratamento de Esgoto) e de dois poços de água no município de Ouro Preto. Sustentabilidade e Impacto Social: A MIP Holding incorpora, de forma estruturada, critérios ambientais, sociais e de governança (ESG) à sua estratégia e à tomada de decisão.

Ivo Godói Júnior
Diretor Presidente

Balancos patrimoniais - 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

Table with columns for Ativo, Circulante, Não circulante, Total do ativo, Passivo, Circulante, Não circulante, Total do passivo e patrimônio líquido. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Estoques, Tributos e contribuições a recuperar, etc.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

Table showing the changes in equity components: Capital social, Reservas de capital, Reservas de lucros, Reservas de reavaliação, Reservas de contingências, Transações patrimoniais com sócios, Lucros acumulados, Total do patrimônio líquido, Total do patrimônio líquido não controladores, Total. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2023, Distribuição de dividendos e JCP, etc.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A MIP Holding S.A. ("Controladora" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Brasil. A Companhia reúne as participações acionárias das empresas do Grupo MIP ("Grupo") sob uma única direção e controle unificados, visando a otimização dos seus resultados através do aproveitamento das sinergias entre as suas atividades operacionais.

críticas e também o exercício de julgamento por parte da Diretoria da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras e possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas notas abaixo.

2.1. Base de elaboração, apresentação e declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos contábeis do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

2.2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos contábeis do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

Table with columns for Receita líquida, Custo de construção e serviços prestados, Lucro bruto, Despesas e receitas operacionais, Geraís, administrativas e vendas, Resultado de equivalência patrimonial, Outras despesas receitas operacionais, líquidas, Lucro antes do resultado financeiro e dos impostos, Resultado financeiro líquido, Resultados financeiros, Despesas financeiras, Lucro antes dos impostos, Imposto de renda e contribuição social - Corrente, Imposto de renda e contribuição social - Diferido, Lucro líquido do exercício, Atribuível a: Controladores, Não controladores.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

Table with columns for Lucro líquido do exercício, Ajuste de avaliação patrimonial, Ajustes de conversão de moedas estrangeiras, Efeito de Hedge de fluxo de caixa, líquido de impostos, Resultado abrangente do exercício, Atribuível a: Controladores, Não controladores.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

Table with columns for Fluxo de caixa das atividades operacionais, Fluxo de caixa das atividades de investimento, Fluxo de caixa das atividades de financiamento, Adição ao imobilizado e intangível, Integralização de capital em investidas, Aplicações em títulos e valores mobiliários, Dividendos recebidos, Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos, Fluxo de caixa das atividades de financiamentos, Captação de empréstimos, financiamentos e mútuo, Amortização de empréstimos, arrendamento, mútuo e instrumentos financeiros, Transações com empresas ligadas, Transação de capital com sócios, Dividendos e juros sobre capital próprio pagos, Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos, Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício, Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício, Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadores em conjunto. Dessa forma, o Grupo reconhece, em relação às suas participações em consórcios: (a) Os ativos, incluindo sua parcela sobre quaisquer ativos delícos no consórcio; (b) Os passivos, incluindo sua parcela sobre quaisquer passivos assumidos no consórcio; (c) As receitas de venda da sua parcela sobre as receitas advindas do consórcio; e (d) As despesas e custos, incluindo sua parcela sobre quaisquer despesas incorridas em conjunto. 2.2.2. Investimentos em joint-venture e coligadas: Os investimentos do Grupo em joint-venture e coligadas são contabilizados considerando o método da equivalência patrimonial. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma joint-venture ou coligada é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação do Grupo no patrimônio líquido da joint-venture ou coligada a partir da data de aquisição. A demonstração do resultado reflete a participação do Grupo nos resultados operacionais da joint-venture ou coligada. Eventual variação em outros resultados abrangentes das investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes do Grupo. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da joint-venture ou coligada, o Grupo reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre o Grupo e a joint-venture ou coligada são eliminados em proporção à participação na joint-venture ou coligada. A soma da participação do Grupo nos resultados de joint-venture ou coligada apresentada na demonstração do resultado, representando o resultado após os tributos e as participações de não controladores nas controladas da joint-venture ou coligada. As demonstrações financeiras da joint-venture e coligadas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as do Grupo. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as do Grupo. As demonstrações financeiras da joint-venture são apresentadas no modo funcional, o dólar americano, os quais são convertidos para reais pela taxa de câmbio de fechamento na data do respectivo balanço e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio vigentes nas datas de ocorrência das transações, assim como as demonstrações dos fluxos de caixa. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas em outros resultados abrangentes. No momento da baixa de entidade no exterior, o montante acumulado de variações cambiais relacionadas a essa entidade no exterior, reconhecido em outros resultados abrangentes, é reclassificado para o resultado. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, o Grupo avalia se é necessário reconhecer perda adicional sobre o valor recuperável do investimento do Grupo em sua joint-venture e coligadas. O Grupo determina, em cada data de reporte, se há evidência objetiva de que o investimento na joint-venture ou coligadas sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, o Grupo calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da joint-venture e o valor contábil, e reconhece a perda em "Resultado da equivalência patrimonial", na demonstração do resultado. Ao perder influência significativa sobre a joint-venture ou coligada, o Grupo mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da joint-venture ou coligada, no momento da perda de influência significativa, e o valor



justo do investimento retido e dos resultados da alienação são reconhecidos no resultado.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. 3.1. Instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Empresa for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ao valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Ativos financeiros: Para fins de mensuração subsequente ativos financeiros são classificados como: i) ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ii) ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); iii) ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu reconhecimento (instrumentos patrimoniais); e iv) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, conforme a situação. A Empresa determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Empresa para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais a empresa tenha aplicado o expediente prático, a empresa inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais a empresa tenha aplicado o expediente prático. Os ativos financeiros da Empresa incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, depósitos judiciais e outros ativos. Os instrumentos de dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: • o ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros, a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; • Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente aos pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto (também referido como teste de "SPPI"). Os ativos financeiros detidos pela Empresa atualmente são reconhecidos do subsequentemente na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. i) Custo amortizado e método da taxa de juros efetiva: Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Desreconhecimento: Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou ii) a Empresa transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Empresa transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Empresa não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: Estão apresentadas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos de atualizações monetária ou variação cambial, quando aplicável, e segregados entre curto e longo prazos de acordo com o vencimento. Provisão para perda esperada de crédito: As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor líquido à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de créditos esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking) e garantias contratuais. Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Passivos financeiros subsequentemente mensurados ao custo amortizado: Esta é a categoria mais relevante para a Empresa e representa passivos financeiros que não sejam (i) contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantidos para negociação, ou (iii) designados ao valor justo por meio do resultado, são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método de taxa de juros efetiva. Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos, inicialmente, pelo seu valor justo, líquido dos custos incidentes na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos de transação) e o valor de liquidação, é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método de taxa de juros efetiva. O método da taxa de juros efetiva é um método para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixas futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida estimada do passivo financeiro ou (quando apropriado) durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge: Os instrumentos financeiros contratados pela Empresa têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio e de juros e não são utilizados para fins especulativos. Inicialmente, os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (hedge accounting). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge. Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos usados para fins de hedge estão divulgados na Nota 14. Instrumentos financeiros derivativos que não forem designados para hedge accounting são mensurados subsequentemente ao valor justo por meio do resultado. As operações com instrumentos derivativos são designadas como hedge accounting de fluxo de caixa e as perdas e ganhos não realizados decorrentes de oscilações no valor justo destes instrumentos são reconhecidos na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido em contrapartida da rubrica instrumentos financeiros derivativos, no balanço patrimonial. Quando realizadas, as perdas e os ganhos com as operações de derivativos são reclassificadas do patrimônio líquido para o resultado. a) Hedges de valor justo: A mudança no valor justo de um instrumento de hedge é reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas. A mudança no valor justo do item objeto de hedge atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas. Para hedges de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do hedge, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto. Se o item objeto de hedge for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado. b) Hedge de fluxo de caixa: A contabilidade de hedge de fluxo de caixa é aplicada para proteger a Empresa da volatilidade do fluxo de caixa atribuível a um risco de variação cambial associado à exposição de dívida indexada ao dólar que afetará o resultado de hedge. Os instrumentos financeiros contratados pelo instrumento de hedge é reconhecida em outros resultados abrangentes, enquanto qualquer parcela inefetiva é reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. A reserva de hedge de fluxo de caixa é ajustada ao menor valor entre o ganho ou a perda acumulada no instrumento de hedge e a mudança acumulada no valor justo do item objeto de hedge. A contabilidade de hedge de fluxo de caixa é aplicada para proteger a Empresa da volatilidade do fluxo de caixa atribuível a um risco de variação cambial associado à exposição de dívida indexada ao dólar que afetará o resultado do exercício. A Empresa designa como hedge o valor intrínseco dos instrumentos de proteção contratados. A parcela efetiva das variações do valor justo dos instrumentos designados e qualificados como hedge accounting de fluxo de caixa é registrada no patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial na linha de hedge de fluxo de caixa. O ganho ou perda relacionado à parcela inefetiva é reconhecido, quando aplicável, no resultado do exercício em despesas financeiras, líquidas. Os valores acumulados no patrimônio líquido são transferidos para o resultado do exercício nos períodos e rubricas em que o item protegido por hedge afetar o resultado do exercício. c) Ineficácia do hedge: A eficácia de hedge é determinada no surgimento da relação de hedge e por meio de avaliações periódicas prospectivas de eficácia para garantir que exista uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge. No caso de hedges para captações em moeda estrangeira, a Empresa contrata operações de hedge quando os termos essenciais do instrumento de hedge correspondem exatamente aos termos do item protegido. A Empresa contrata swaps de taxa de juros com termos críticos que são similares ao item protegido, como taxa de referência, datas de redefinição, datas de pagamento, vencimentos e valor de referência. Portanto, a Empresa realiza uma avaliação qualitativa de eficácia. Se houver mudanças nas circunstâncias que afetem os termos do item protegido de tal forma que os termos essenciais deixem de corresponder, de forma exata, aos termos essenciais do instrumento de hedge, a Empresa utilizará o método derivativo hipotético para avaliar a eficácia. Certos instrumentos financeiros derivativos não se qualificam para a contabilidade de hedge. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. Atualmente, os empréstimos relativos à Lei 4.131/1962, possuem operações de hedge, na forma de swaps (instrumentos financeiros derivativos) que visam tanto à troca de taxas pré-fixadas para taxas pós-fixadas em CDI, como a troca de moeda de dólares para reais, e foram classificados como hedge de fluxo de caixa. Estes swaps foram contratados com a instituição financeira em conjunto com o empréstimo (dívida em moeda estrangeira + swap para reais em % do CDI). Os termos e as condições do empréstimo e do derivativo configuram-se como operação casada, tendo como resultante econômico uma dívida remunerada com base em % do CDI e em reais no balanço patrimonial da Empresa. A Empresa estabeleceu a relação de proteção de 1:1 e trimestralmente realiza uma análise qualitativa e prospectiva da eficácia e efetividade. 3.2. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, banco e investimentos financeiros com vencimento original em três meses ou menos a partir da data da contratação, com conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa. Esses investimentos são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. 3.3. Estoques: Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques das unidades já concluídas ou em construção e ainda não vendidos, inclusive estoques de terrenos, são demonstrados pelo valor do custo incorrido. Os estoques de imóveis em construção são demonstrados em estoque correspondendo ao custo incorrido das unidades ainda não comercializadas, ajustados ao valor líquido de realização, quando menor do que o custo incorrido. O custo compreende o custo de aquisição do terreno, gastos com projeto e legalização do empreendimento, materiais, mão de obra (própria ou contratada de terceiros) e outros custos de construção relacionados, incluindo o custo financeiro do capital aplicado (encargos financeiros de contas a pagar por aquisição de terrenos e das operações de financiamento, incorridos durante o período de construção, quando aplicável). A classificação entre curto e longo prazo é feita tendo como base a expectativa de início do empreendimento. Terrenos a incorporar com expectativa de utilização em um prazo mais longo são classificados como ativos não realizáveis. Quando o custo incorrido ultrapassa o valor realizável líquido, o Grupo constitui uma provisão para desvalorização dos estoques, reconhecida no resultado. Os estoques de unidades concluídas estão reconhecidos por valores abaixo do de mercado, não representando riscos de perdas ou desvalorização. 3.4. Imobilizado: Reconhecimento e mensuração: O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Obras em andamento, instalações e equipamentos são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, o Grupo as deprecia separadamente com base em sua vida útil específica. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. Custos subsequentes: Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os referidos gastos serão auferidos pela Empresa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual

ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. Depreciação: O valor do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no restante do exercício com base na vida útil econômica estimada de cada componente. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Table with 2 columns: Descrição dos ativos and Vida útil em anos. Rows include: Edificações e benfeitorias (1 a 30 anos), Instalações (10 anos), Maquinários e ferramentas (1 a 30 anos), Móveis e utensílios (5 a 10 anos), Equipamentos de informática (1 a 5 anos), Veículos (1 a 20 anos).

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenção são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Em 2025, não houve alteração significativa na vida útil e valores residuais dos bens foram registrados uma vez que não ocorreram mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que pudessem indicar deterioração. Em 2025 e 2024, nenhuma alteração na vida útil e valores residuais dos bens foi registrada uma vez que não ocorreram mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que pudessem indicar deterioração, o que permite concluir que o valor do imobilizado está próximo do seu valor justo. 3.5. Arrendamentos: A Empresa avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Ativo de direito de uso: A Empresa reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável, políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros. Passivo de arrendamento: Na data de início do arrendamento, a Empresa reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Empresa usa tanto na mensuração inicial quanto na remensuração das taxas nominais observáveis. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor: A Empresa aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo e seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contêm ganho de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório e outros equipamentos considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. 3.6. Ativos intangíveis: Ativos intangíveis que são adquiridos pela Empresa são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e da perda por redução do valor recuperável acumulada. A amortização é reconhecida no resultado de acordo com o método linear e é baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. A vida útil estimada para o período corrente e comparativo é a seguinte: • Software: 1 a 5 anos; • Projetos: 25 anos. Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado. Em 2025 nenhuma alteração na vida útil e método de amortização foram registrados uma vez que não ocorreram mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que pudessem indicar deterioração. Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. 3.7. Redução ao valor recuperável (Impairment): O Grupo analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso estas evidências estejam presentes, estima-se o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; (b) seu valor de uso. O valor em uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, reconhece-se a redução (provisão) do saldo contábil deste ativo ("impairment"). Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente - Unidades Geradoras de Caixa - UGCs. As perdas por redução ao valor recuperável em bens do imobilizado e ativos intangíveis poderão ser revertidas em períodos futuros, desde que o valor contábil aumentado do ativo atribuível à reversão não exceda o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação ou amortização, caso não houvesse perda de valor recuperável reconhecida para os ativos nos anos anteriores. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Grupo não identificou impairment para os ativos não financeiros. O teste de redução ao valor recuperável do ativo é feito anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado. 3.8. Benefícios a empregados: Os benefícios concedidos a empregados e diretores do Grupo incluem, em adição à remuneração fixa, salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário, remunerações variáveis como participação nos lucros, plano de previdência privada - contribuição definida administrada por seguradora. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando o Grupo tem uma obrigação com base em regime de competência. Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado, nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. 3.9. Provisões: As provisões são reconhecidas para obrigações ou riscos presentes resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cujo desembolso seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício ou período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Provisão para demandas judiciais: A provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas é constituída com base em pareceres jurídicos e avaliação da Administração sobre os riscos conhecidos na data do balanço patrimonial considerados prováveis de perda, sendo esta a melhor estimativa de desembolso futuro da Companhia. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e internos. A Administração acredita que as provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras. Provisão para manutenção de imóveis (Garantias): As provisões para o custo esperado de uma manutenção de imóveis são reconhecidas ao resultado no mesmo critério de apropriação da receita de incorporação imobiliária, com base na melhor estimativa da Administração em relação aos gastos necessários para liquidar a obrigação do Grupo. Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração do Grupo possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos. 3.10. Tributação: Impostos sobre vendas - Contribuintes As receitas de prestação de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) de 0,65%; • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) de 3,0% a 7,6%; • Imposto sobre serviços (ISS) de 3% a 5%; e Esses encargos são contabilizados como deduções de receitas na demonstração do resultado. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados, com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das Demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das Demonstrações financeiras. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequadamente em relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levaria a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. 3.11. Reconhecimento da receita, custos, contas a receber e adiantamentos de clientes: De acordo com o CPC 47, o reconhecimento de receita de contratos com clientes é baseado na transferência do controle do bem ou serviço prometido, podendo ser em um momento específico do tempo (at a point in time) ou ao longo do tempo (over time), conforme a satisfação ou não das denominadas "obrigações de desempenho contratuais". A receita é mensurada pelo valor que reflete a contraprestação à qual se espera ter direito e está baseada em um modelo de cinco etapas detalhadas a seguir: 1) identificação do contrato; 2) identificação das obrigações de desempenho; 3) determinação do preço da transação; 4) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho; 5) reconhecimento da receita. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado. Receita MIP Engenharia: A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, as reclamações e os pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Quando a conclusão do contrato de construção puder ser confiavelmente estimada, a receita associada é reconhecida tomando como base a proporção do trabalho executado até a data do balanço. Logo, as receitas desse contrato passam a ser reconhecidas ao longo do tempo de maneira proporcional, de acordo com as medições aprovadas pelo Cliente. Quando o resultado de um contrato de construção não pode ser medido de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida até o limite dos custos incorridos na condição de que possam ser recuperados. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado. Receita MIP Construtora: O modelo de negócios da Empresa é predominantemente baseado em contratos de compra e venda de empreendimentos imobiliários em construção ou já concluídos, cujo reconhecimento da receita se dá conforme o seguinte: (i) Nas vendas de unidades em construção, as receitas de vendas foram apropriadas ao resultado à medida do avanço da construção, uma vez que a transferência do controle deve ocorrer de forma contínua. Desta forma, é adotado o método chamado de "POC - Percentual de Conclusão" para os empreendimentos em construção. O método POC é feito utilizando a razão do custo incorrido em relação ao custo total orçado dos respectivos empreendimentos e a receita é apurada multiplicando-se este percentual (POC) pelas vendas contratuais, iniciados, usualmente, a partir da efetiva formalização do contrato de compra e venda. O custo orçado total dos empreendimentos é estimado inicialmente quando do lançamento do empreendimento e é revisado regularmente mas ao menos, anualmente. Eventuais ajustes identificados nesta estimativa com base nas referidas revisões são refletidos nos resultados da Empresa de forma prospectiva. (ii) Os custos de

terrenos e de construção inerentes às respectivas incorporações das unidades vendidas são apropriados ao resultado quando incorridos. (iii) As receitas de vendas apuradas, conforme o item (i), mensuradas a valor justo, incluindo a atualização monetária, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares, líquidas das parcelas já recebidas, são contabilizadas como contas a receber, ou como adiantamentos de clientes, em função da relação entre as receitas contabilizadas e os valores recebidos. (iv) Nas vendas de unidades concluídas, o resultado é apropriado no momento em que a venda é efetivada e o contrato de compra e venda é firmado. Já para terrenos ou parcelas de terrenos, o resultado é apropriado no momento em que ele reúne condições de ser transferido ao cliente. Em ambas as situações, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual, as receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida e a receber. (v) Os juros prefixados e a variação monetária são apropriados de forma pro rata temporis ao resultado, na rubrica "Receitas financeiras", observando o regime de competência, independentemente de seu recebimento. Subsequentemente, a medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento. A Empresa e suas controladas contabilizam os efeitos dos contratos somente quando: (i) as partes aprovam o contrato; (ii) puder identificar os direitos de cada parte e os termos de pagamentos estabelecidos; (iii) o contrato possuir substância comercial; e (iv) for provável o recebimento da contraprestação que a Empresa tem direito. A Empresa constitui provisão para distritos quando, e se, identificar riscos de entrada de fluxos de caixa. Os contratos são monitorados para verificar o momento em que essas condições sejam mitigadas. Enquanto isso não ocorrer, nenhuma receita ou custo é reconhecido no resultado, ocorrendo os registros somente em contas patrimoniais. Com base nesse entendimento e o modelo de negócio da Empresa, a Administração mantém a metodologia do POC para o reconhecimento da receita, tendo em vista que, em síntese, o Ofício-Circular CVM/SNC/SEP n.º 02/2018 afirma que a aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15) às transações de venda de unidades imobiliárias não concluídas, realizadas por entidades do setor de incorporação imobiliária, têm questões centrais, como: (a) o foco no contrato (unidade de conta); (b) o monitoramento contínuo dos contratos; (c) uma estrutura de controles internos em padrão de qualidade considerado, no mínimo, aceitável para os propósitos aos quais se destina; (d) a realização de ajustamentos temporários; e (e) a qualidade da informação (valor preditivo e confirmatório das demonstrações financeiras individuais e consolidadas). Na avaliação da entidade, quanto ao critério a ser adotado para o reconhecimento de receita de contratos de incorporação imobiliária residencial no Brasil, a condição sine qua non para a aplicação do POC, é a existência de estrutura de controles internos - framework - com padrão de qualidade adequado para o perfeito atendimento do atributo fundamental da representação fidedigna. Receita Multilift: A receita de prestação de serviços é reconhecida a partir do cumprimento das obrigações de desempenho especificadas nos contratos com clientes. A principal atividade da Empresa consiste na prestação de serviços portuários, cuja única obrigação de desempenho identificada com base nos contratos vigentes é cumprida com a finalização do carregamento das embarcações. 3.12. Classificação circulante versus não circulante: Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e • É caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e • A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. 3.13. Mensuração do valor justo: Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: i) no mercado principal para o ativo ou passivo; e ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Empresa. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizarão ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. 3.14. Normas emitidas, mas ainda não vigentes: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Empresa, estão descritas a seguir. A Empresa pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrar em vigor. IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo títulos e subtítulos especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtítulos de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade a classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas não entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. O Grupo está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo CPC 51 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18), atualmente o CPC e suas entidades congêneras estão ainda em processo de discussão dos eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora ainda as discussões não tenham encerrado, não se espera alterações substanciais na atual legislação IFRS 19: Substâncias sem Responsabilidade Pública: Divulgações: Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada pública conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. O Grupo está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e sobre as demonstrações financeiras. Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: Em maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 and IFRS 7 - Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 - Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As principais alterações introduzidas são as seguintes: • Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na "data de liquidação" e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação. • Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados. • Esclarecimentos sobre o que constitui "características sem direito de regresso" e quais são as características dos instrumentos contratuaismente vinculados. • Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI). As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas. O Grupo não antecipa que essas alterações terão impacto material sobre suas demonstrações financeiras consolidadas, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC. Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS - Volume 11: Em julho de 2024, o IASB emitiu novas alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros), IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa). Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes. As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. As alterações não são esperadas para ter impacto material sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais: Em dezembro de 2024, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e. • Esclarecer a aplicação dos requisitos de "uso próprio" para os contratos abrangidos. • Alterar os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos. • Adicionar novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, desde que divulgada. As alterações relacionadas à exceção de uso próprio devem ser aplicadas retrospectivamente, enquanto as alterações relativas à contabilidade de hedge devem ser aplicadas prospectivamente às novas relações de hedge designadas a partir da data inicial de aplicação. Além disso, as alterações de divulgação da IFRS 7 devem ser implementadas em conjunto com as alterações da IFRS 9. Caso a entidade não represente as demonstrações financeiras comparativas, não poderá apresentar divulgações comparativas. Em convergência com as normas internacionais, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar essas modificações por meio de futuras revisões do CPC 48 - Instrumentos Financeiros e do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação. O Grupo não espera que essas alterações tenham impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC. 3.15. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025: O Grupo aplicou pela primeira vez certos novos e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Empresa decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estejam vigentes. Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Esta mudança específica e no que uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio a usar quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada. Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis: Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas.



Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente...

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento...

Table with 3 columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2025, 31/12/2024, 31/12/2024. Rows include Caixa e saldos em contas correntes, Aplicações financeiras de liquidez imediata.

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor...

Table with 3 columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2025, 31/12/2024, 31/12/2024. Rows include De engenharia, Faturado, A faturar, etc.

De incorporação imobiliária, Venda de imóveis, Incorporação de Imóveis, De serviços portuários, Faturado, A faturar, Outros.

(-) Provisão para perda estimada de créditos do contas a receber, (-) Ajuste a valor presente - AVP.

Table with 3 columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2025, 31/12/2024, 31/12/2024. Rows include Circulante, Não circulante.

A composição do contas a receber por faixa de vencimento é demonstrada como segue:

Table with 3 columns: Consolidado, 2025, 2024. Rows include Serviços executados a faturar, A vencer, Vencidos.

Abaixo, encontra-se disposta a movimentação da provisão para perda esperada ao final do exercício:

Table with 3 columns: Consolidado, 2025, 2024. Rows include Saldo no início do período, Montante (constituído), Saldo no final do período.

Quando não existe expectativa de recuperação do montante provisionado, os valores são compensados contra a baixa definitiva do título. Abaixo, encontra-se disposta a movimentação do ajuste a valor presente referente ao final do exercício:

Table with 3 columns: Consolidado, 2025, 2024. Rows include Saldo no início do período, Montante (constituído) / revertido, Saldo no final do período.

Adiantamento de clientes: As controladas no exercício de suas atividades operacionais recebem por vezes adiantamentos de clientes. A composição dos adiantamentos recebidos de clientes ao final do exercício é como segue:

Table with 3 columns: Consolidado, 2025, 2024. Rows include De incorporação imobiliária, Incorporação de Imóveis, Unidades Permutadas em Construção.

7. Estoques: A composição dos estoques, inclusive dos Imóveis a comercializar de unidades já concluídas ou em construção e ainda não vendidas, inclusive estoques de terrenos, são demonstrados conforme abaixo:

Table with 3 columns: Consolidado, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Imóveis a construir, Imóveis adquiridos de terceiros, Imóveis concluídos.

8. Tributos e contribuições a recuperar: Créditos provenientes essencialmente de Imposto de Renda retido de aplicações financeiras e não utilizados nas apurações correntes, além de pagamentos indevidos ou a maior de demais tributos.

Table with 3 columns: Controladora, Consolidado, 2025, 2024, 2025, 2024. Rows include Imposto de renda a recuperar, Contribuição social a recuperar, INSS retido.

9. Partes relacionadas: As transações com partes relacionadas referem-se basicamente ao direito a receber e a pagar de dividendos, juros sobre o capital próprio e mútuos. Os saldos a receber de partes relacionadas estão assim demonstradas na data do balanço:

Table with 3 columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2025, 31/12/2024, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Ativo, Outros valores a receber de controladas - prestação de serviços de backoffice.

A movimentação dos saldos a receber de partes relacionadas é como segue:

Table with 3 columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2025, 31/12/2024, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Saldos em 31 de dezembro de 2023, Adições, Recebimentos de principal.

Saldos em 31 de dezembro de 2024: Adições, Recebimentos de principal, Provisão de juros, Saldo em 31 de dezembro de 2024.

Os dividendos e juros sobre capital próprio a receber pela controladora é como segue:

Table with 3 columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2025, 31/12/2024, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Dividendos e JCP, MIP Engenharia Ltda (nota 9), MIP Construtora Ltda. (nota 9).

Os saldos a pagar de mútuos e dividendos a partes relacionadas estão assim demonstrados na data do balanço:

Table with 3 columns: Consolidado, 31/12/2025, 31/12/2024, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Passivo, Contas a pagar com partes relacionadas, Mútuos com acionistas - PJ.

A movimentação dos mútuos a pagar a partes relacionadas é como segue:

Table with 3 columns: Consolidado, 31/12/2025, 31/12/2024, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Saldos em 31 de dezembro de 2023, Captação, Amortização do principal.

A movimentação dos dividendos a pagar é como segue:

Table with 3 columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2025, 31/12/2024, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Saldo em 31/12/2023, Distribuição, Pagamento.

As transações com partes relacionadas são realizadas sob preços e condições definidos entre as empresas do Grupo. Remuneração à Administração: A remuneração dos administradores do Grupo durante o exercício está apresentada como segue:

Table with 3 columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2025, 31/12/2024, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Remuneração diretoria, Remuneração do CAD.

10. Depósitos judiciais e provisões para riscos e outras: O Grupo, no curso normal de suas operações, está envolvido em processos administrativos e ações judiciais de natureza cível e trabalhista.

Table with 3 columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2025, 31/12/2024, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Depósitos judiciais, Trabalhistas, Previdenciários.

Provisões para riscos e outras: Trabalhistas, Provisão para garantia, Provisão para distratos.

Table with 3 columns: Consolidado, 31/12/2025, 31/12/2024, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Total, Circulante, Não circulante.

A movimentação das provisões para contingências é como segue:

Table with 3 columns: Consolidado, 31/12/2025, 31/12/2024, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2023, Adições, Reversões.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a natureza das principais causas classificadas pela Administração da Companhia com base na opinião de seus assessores jurídicos como de risco provável de perda, bem como obrigações legais que possuem valores depositados judicialmente, que tiveram seus valores incluídos nas provisões acima, é como segue:

Table with 3 columns: Consolidado, 2025, 2024. Rows include a) Trabalhistas: MIP Engenharia Ltda. A Empresa possui provisão relativa a processos movidos por ex-empregados em que se reclamam verbas trabalhistas como horas extras e adicionais.

12. Imobilizado: Imobilizado - custo, Equipamentos (Leves, manuais, pesados), Veículos, Instrumentos de Engenharia.

Table with 3 columns: Consolidado, 31/12/2025, 31/12/2024, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Dep. Acumulada, Equipamentos (Leves, manuais, pesados), Veículos.

13. Intangível: Custo, Software, Gastos com desenvolvimento de projetos, Total do custo.

Table with 3 columns: Consolidado, 31/12/2025, 31/12/2024, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Amortização, Software, Projetos.

14. Fornecedores: Fornecedores, Provisões para fornecedores, Representam obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

Table with 3 columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2025, 31/12/2024, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Fornecedores, Provisões para fornecedores.

15. Empréstimos: Capital de Giro, FINAME, Operação 4131, Apoio à Produção, Financiamento, Custos com empréstimo.

Table with 3 columns: Consolidado, 31/12/2025, 31/12/2024, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Circulante, Não circulante.

Os valores registrados no passivo circulante e não circulante referem-se: i) a empréstimos para capital de giro remunerados às taxas que variam de 1,21% a 3,6% mais CDI e FINAME, com taxas que variam de 1,70% a 4,65%.

Table with 3 columns: Consolidado, 31/12/2025, 31/12/2024, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Saldos em 31 de dezembro de 2024, Captação, Custos com empréstimos e financiamentos.

16. Arrendamentos: O cronograma de pagamento dos empréstimos e financiamentos é:

Table with 3 columns: Consolidado, 2026, 2027, 2028. Rows include 2026, 2027, 2028.

Cláusulas restritivas: O Grupo acompanha e vem atendendo às cláusulas restritivas estabelecidas pelos contratos de empréstimos, das quais nenhuma está relacionada ao cumprimento de índices econômico-financeiros.

Table with 3 columns: Consolidado, 31/12/2023, 31/12/2024, 31/12/2025, 31/12/2026. Rows include Custo, Instalações, Terrenos.

Amort. Acum. Instalações, Terrenos, Equip de Informática.

Table with 3 columns: Consolidado, 31/12/2025, 31/12/2024, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Total, Passivo de arrendamento (consolidado).

Custo do passivo de arrendamento, (-) Juros a apropriar, Total, Circulante, Não Circulante.

Table with 3 columns: Consolidado, 31/12/2025, 31/12/2024, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Saldos em 31 de dezembro de 2023, Captação, Amortização do principal.

Este documento foi assinado digitalmente por Ediminas S A Editora Grafica Industrial De Minas. Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código D765-A62F-435B-E587.

11. Investimentos: 11.1. Movimentação dos investimentos em controladas.

Table with 3 columns: Descrição, MIP Engenharia, MIP Construtora, Multilift Logística, MIP Invest, Total.

Investimentos em 31/12/2025: Resultado de equivalência patrimonial, Integralização de capital em investidas, Dividendos e JCP.

Table with 3 columns: Consolidado, 31/12/2025, 31/12/2024, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Investimento em 31/12/2025, Investimentos em 31/12/2025.

11.2. Movimentação dos investimentos em coligadas: Abaixo está evidenciada a movimentação dos saldos de investimentos em coligadas, conforme investimentos detidos pela controladas diretas da Companhia:

Table with 3 columns: MIP Engenharia, Multilift Logística, MIP Invest, Total.

Investimento em 31/12/2023: Resultado de equivalência patrimonial, Aumento de capital, Ajuste conversão de moeda.

Table with 3 columns: Consolidado, 31/12/2025, 31/12/2024, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Investimento em 31/12/2025, Investimentos em 31/12/2025.

11.3. Sumário das informações financeiras de controladas: MIP Engenharia Ltda, MIP Construtora, Multilift Logística, MIP Investimentos.

Table with 3 columns: % participação, MIP Engenharia Ltda, MIP Construtora, Multilift Logística, MIP Investimentos.

Os investimentos em coligadas e joint-venture não são individualmente materiais e assim não foi julgado relevante para fins de divulgação das informações financeiras resumidas sobre tais investimentos.

Table with 3 columns: % participação, MIP Engenharia Ltda, MIP Construtora, Multilift Logística, MIP Investimentos.

Este documento foi assinado digitalmente por Ediminas S A Editora Grafica Industrial De Minas. Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código D765-A62F-435B-E587.



A movimentação do passivo de arrendamento durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é como segue:

Table with columns: Saldo em 31 de dezembro de 2023, Adições, Acréscimo de juros, Pagamentos de principal, Pagamento de juros, Saldo em 31 de dezembro de 2024, Adições, Acréscimo de juros, Pagamentos de principal, Pagamento de juros, Saldo em 31 de dezembro de 2025.

A taxa incremental adotada pela Administração do Grupo é fixa e específica para cada contrato. Para compor essa taxa é considerada a curva do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), com base no prazo de cada um dos contratos e arrendamento (novos ou renovação) e adicionado um spread.

Table with columns: Arrendador, Arrendatário, Tipo de Arrendamento, Taxa, 31/12/2024, 31/12/2025. Lists various lease agreements with details on terms and rates.

Apresentamos, no quadro abaixo, a análise de maturidade dos contratos:

Table showing maturity analysis for years 2026, 2027, 2028, Após 2028, and Saldo do passivo de arrendamento.

17. Tributos e contribuições a recolher

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2025, 31/12/2024. Lists tax and contribution liabilities for ISS, INSS, PIS, COFINS, etc.

18. Obrigações trabalhistas

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2025, 31/12/2024. Shows labor obligations for Salário e Encargos sociais, Provisão de férias e encargos, Total.

19. Patrimônio líquido

19.1. Capital Social: O capital social totalmente integralizado em moeda corrente do país é de R\$120.000 (R\$110.107 em 31 de dezembro de 2025), composto de 81.980.828 ações ordinárias (75.221.870 ações ordinárias em 31/12/2024) nominativas e sem valor nominal. 19.2. Reservas de lucros: a) Reserva legal; Constituição mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia constituiu R\$ 4.401 a título de reserva legal, uma vez que com esse valor, foi atingido o limite de 20% do capital social. Assim, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia tem registrado na rubrica de Reserva legal o valor de R\$ 24.000 (R\$19.599 em 31 de dezembro de 2024). b) Reserva de retenção de lucros: Constituída a partir do lucro do exercício, cuja destinação será deliberada pela Assembleia em momento subsequente. c) Dividendos e juros sobre capital próprio: O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 10% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas é reconhecida como um passivo nas Demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados em Assembleia Geral, permanecendo até a aprovação no Patrimônio Líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios estão demonstrados no balanço patrimonial como obrigações legais (provisões no passivo circulante). O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. Os juros sobre capital próprio fazem parte dos dividendos, que para fins da legislação fiscal brasileira são dedutíveis. Portanto, estão sendo apresentadas em linhas distintas, demonstrando o efeito do imposto de renda. O cálculo dos dividendos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é como segue:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2025, 31/12/2024. Shows profit distribution details for Dividendos e juros sobre capital próprio.

19.3. Reserva de reavaliação reflexa: Os efeitos reflexos decorrentes dos ajustes do custo atribuído aos ativos imobilizados das Empresas controladas que reconheceram a Reserva de ajuste de avaliação patrimonial em suas respectivas demonstrações do patrimônio líquido. 19.4. Reserva de capital: Recursos acumulados no patrimônio líquido que visam manter a integridade do capital social, garantir a realização de investimentos com recursos próprios ou no aumento do capital. 19.5. Reserva de contingências: Em 2025, a Companhia efetuou a reversão da reserva de contingências, anteriormente constituída nos termos do Estatuto Social e com fundamento no art. 195 da Lei nº 6.404/76, em função da não materialização dos riscos que motivaram sua constituição. A decisão foi suportada por avaliação atualizada da Administração, que considerou a evolução dos fatores operacionais, financeiros e contratuais subjacentes, evidenciando que não subsistem mais as incertezas relevantes anteriormente identificadas. Dentre os principais aspectos analisados, destacam-se: (i) a capacidade recorrente de geração de resultados e a existência de lucro no exercício, (ii) a redução substancial dos riscos operacionais em projetos relevantes, com avanço físico-financeiro e expectativa de conclusão sem necessidade de aportes adicionais, e (iii) a mitigação de incertezas contratuais relevantes, com a formalização de contratos de longo prazo que aumentaram a previsibilidade de receitas e fluxos de caixa.

20. Receita líquida

Table with columns: Receita por controlada, 2025, 2024. Lists revenue from MIP Engenharia Ltda., MIP Construtora Ltda., MIP Investimentos, Receita bruta, Deduções de receita, Receita líquida, and Tributação sobre receitas de vendas.

21. Custo de construção e serviços prestados: Os custos estão segmentados nas seguintes naturezas: Custo de construção, Gastos com pessoal, Gastos com serviços, Gastos com materiais, Depreciações/amortizações, Outros, Total.

22. Gerais, administrativas e vendas

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2025, 31/12/2024. Lists general, administrative, and sales expenses.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2025, 31/12/2024. Lists expenses for Despesas com pessoal, Despesas com serviços, Depreciação/amortização, Despesas com materiais, Despesas comerciais, Outras receitas / (despesas), líquidas, Total.

23. Resultado financeiro

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2025, 31/12/2024. Lists financial income components like Receitas financeiras, Rendimentos, Atualizações monetárias, etc.

24. Outras receitas e despesas operacionais, líquidas

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2025, 31/12/2024. Lists operational income and expenses like Receita na venda de sucatas, Aluguel, Provisão para contingência, líquida, etc.

25. Tributos sobre o Lucro

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2025, 31/12/2024. Shows tax reconciliation details for Lucro antes dos impostos, Alíquota combinada de IRPJ e CSLL, etc.

25.1 Conciliação da alíquota efetiva: A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 apresentada a seguir:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2025, 31/12/2024. Shows tax reconciliation for Alíquota combinada de IRPJ e CSLL, Imposto de renda e contribuição social, etc.

25.2. Tributos diferidos

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2025, 31/12/2024. Lists deferred taxes like Prejuízo fiscal, Crédito fiscal não constituído, etc.

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2023, 31/12/2023. Shows opening balances for Prejuízo fiscal, Crédito fiscal não constituído, etc.

Saldo em 31 de dezembro de 2024

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2024, 31/12/2024. Shows opening balances for Prejuízo fiscal, Crédito fiscal não constituído, etc.

Saldo em 31 de dezembro de 2025

A expectativa de realização é determinada de acordo com as projeções de resultados para os exercícios seguintes, limitado a restrição legal de compensação de no máximo 30% sobre os lucros tributáveis apurados. Os referidos créditos não possuem prazo prescricional.

26. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação das taxas de câmbio e de juros, e não são utilizados para fins especulativos. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado pelo fluxo futuro, apurado pela aplicação das taxas de juros contratuais e dólar futuro até o vencimento, e descontado a valor presente na data das demonstrações financeiras pelas taxas de mercado vigentes. Os efeitos contábeis dessa transação estão descritos a seguir:

Table with columns: Instrumento, Operação, Vencimento, Ponta Moeda, Taxa Anual, Saldo pelo Valor Justo. Lists swap and option contracts.

27. Gerenciamento de risco e instrumentos financeiros

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: Risco de crédito; Risco de liquidez; Risco de mercado. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos acima, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas a longo dessas Demonstrações financeiras. Adicionalmente, a Empresa contrata instrumentos financeiros derivativos visando substituir exposições decorrentes de dívidas em dólar sujeitas a taxas pré-fixadas para uma exposição de dívida em real indexado ao CDI. Os instrumentos financeiros operados pela Empresa têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é feita através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos das empresas, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio do Grupo. O Grupo não participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos especulativos. Hierarquia de valor justo: A Companhia considera como "valor justo" o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pagamento para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração (preço de saída). A Companhia utiliza os dados de mercado ou de premissas que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo, incluindo hipóteses acerca de riscos e os riscos inerentes das entradas para o critério de avaliação. A Companhia aplica principalmente a abordagem de mercado para a recorrente mensuração do valor justo e se esforça para utilizar a melhor informação disponível. Conseqüentemente, a Administração utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de entradas observáveis e minimiza o uso de dados não observáveis. A Companhia é capaz de classificar os saldos de valor justo, com base nos dados observáveis. A hierarquia do valor justo é usada para priorizar os insuamos utilizados para mensurar o valor justo. Os três níveis de hierarquia de valor justo são os seguintes: Nível 1. Mercado ativo: preço cotado. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis para a troca ou organizados por operadores do mercado de balcão, por corretores, ou por associação de mercado por entidades que visam ter preços divulgados pelas agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento; Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento sem mercado ativo, o valor justo é avaliado através de uma metodologia de avaliação / pricing. Outros critérios podem ser utilizados, tais como os dados do valor justo de outro instrumento de avaliação a mesmo, análise do fluxo de caixa descontado e modelos de precificação de opções. A técnica de avaliação visa determinar qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca isenta de outros interesses e motivada por considerações comerciais; Nível 3. Sem mercado ativo: instrumentos de capital próprio - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em um mercado ativo e derivados, que estão ligados a eles e que devem ser liquidados mediante a entrega de ações não negociadas. As técnicas de avaliação específicas utilizadas para avaliar os instrumentos financeiros classificados como Nível 2 incluem: • O valor justo dos swaps de taxa de juros é calculado como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base em curvas de rendimento observáveis. • O valor justo dos contratos de câmbio a termo é determinado utilizando taxas de câmbio a prazo na data do balanço. A Administração entende que os demais instrumentos financeiros, os quais são reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores justos, em razão dos vencimentos destes instrumentos financeiros se darem em data próxima ao balanço. j) Principais instrumentos financeiros contratados por categoria, assim como os respectivos valores justos:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2025, 31/12/2024. Lists financial instruments like Empréstimos e financiamentos, Instrumentos financeiros derivativos, etc.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2024. Lists financial instruments like Empréstimos e financiamentos, Instrumentos financeiros derivativos, etc.

Empréstimos e financiamentos: Os valores justos dos empréstimos foram estimados pela Administração do Grupo considerando o valor futuro na sua data de vencimento pela taxa contratada e descontados a valor presente pela taxa de mercado em 31 de dezembro de 2025 (Nível 2). A Administração entende que os demais instrumentos financeiros, os quais são reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores justos, em razão dos vencimentos destes instrumentos financeiros se darem em data próxima ao balanço. Estrutura de gerenciamento de risco: O Conselho de Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. O Conselho estabeleceu o Comitê de Gerenciamento de Risco, que é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas. O Comitê

relata regularmente ao Conselho de Administração sobre suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. Estrutura de gerenciamento de risco: As políticas de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Administração da Companhia, através de treinamento, procedimentos de gestão e procedimentos específicos busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle, no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. Para o caso de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada da IFRS9/CP4 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado. Riscos de crédito: O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Table with columns: Nota, Controladora, Consolidado, 31/12/2025, 31/12/2024. Lists credit risk exposure for Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber, etc.

Caixa e equivalentes de caixa: A Companhia detinha caixa e equivalentes de caixa de R\$ 141.485 em 31 de dezembro de 2025 (31 de dezembro de 2024: R\$115.752), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. A Companhia mantém transações com instituições financeiras definidas em política financeira interna. Contas a receber: O risco de crédito para empréstimos e recebíveis é avaliado como baixo. O risco do crédito do cliente é reduzido em função da característica da área de atuação, pois as faturas são emitidas e medições reconhecidas somente após a aprovação formal do cliente. A Companhia possui um bom histórico de recebimento, não tendo títulos vencidos. Risco de liquidez: é o risco de a Companhia vir a encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Table with columns: Saldo em 31 de dezembro de 2025, Menos de um ano, Entre um e dois anos, Entre dois e cinco anos, Acima de cinco anos. Lists financial instruments like Empréstimos e financiamentos, Fomecedores, etc.

Table with columns: Saldo em 31 de dezembro de 2024, Menos de um ano, Entre um e dois anos, Entre dois e cinco anos, Acima de cinco anos. Lists financial instruments like Empréstimos e financiamentos, Fomecedores, etc.

Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as das taxas de câmbio, das taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo, aperfeiçoar o retorno. Risco cambial: O Grupo possui certos passivos financeiros em moeda estrangeira, os quais são apresentados a seguir: i) Empréstimos:

Table with columns: 31/12/2025, 31/12/2024. Shows foreign currency risk for Moeda estrangeira Operação 4131.

Table with columns: Vencimento, Posição ativa, Posição passiva, Posição Ativa, Posição Passiva, Resultado do exercício, Outros resultados abrangentes, Total. Lists foreign currency risk for Instrumentos financeiros derivativos.

Table with columns: 2025, 2024. Lists foreign currency risk for Ativo, Contratos de Swap, Total.

Designado como hedge de fluxo de caixa - marcação a mercado Não designado como hedge de fluxo de caixa - marcação a mercado Líquido dentre posição ativa e passiva A movimentação dos instrumentos financeiros derivativos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão apresentadas a seguir:

Table with columns: 2025, 2024. Shows foreign currency risk for Saldo no início do exercício, Ganho / (Perda) - resultado, Ganho / (Perda) - PL, etc.

Risco de taxa de juros: Na data das Demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros da Companhia sujeitos a variações monetárias eram empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras. Análise de sensibilidade: O principal risco atrelado às operações da Companhia está vinculado à variação do CDI para aplicações financeiras. As aplicações financeiras indexadas ao CDI estão registradas a valor de mercado, conforme atualizações periódicas de acordo com as cotações divulgadas pelas instituições financeiras. Com a finalidade de identificar a sensibilidade do indexador às aplicações financeiras as quais a Empresa estava exposta em 31 de dezembro de 2025, foram definidos quatro cenários diferentes. Com base em projeções de mercado, a Empresa julgou razoável considerar a taxa do CDI de 15,00% a.a. para efeito de análise de sensibilidade, taxa esta que foi definida como cenário Base. A partir desse cenário, foram elaborados mais dois cenários com variação positiva de 50% e 25% sobre o cenário base sobre a dívida líquida e um cenário projetado. Os cenários foram estruturados da seguinte forma:

Table with columns: Cenário, Descrição, Taxa CDI Aplicada. Lists scenarios for Risco de taxa de juros.

A exposição líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2025 ao CDI é como segue:

Table with columns: 31/12/2025. Lists sensitivity analysis for Aplicações financeiras, Empréstimos e financiamento, etc.

Aplicações financeiras Empréstimos e financiamento Mútuo com pessoa física Passivo de arrendamentos Endividamento líquido em 31 de dezembro de 2025

Table with columns: 31/12/2024. Lists sensitivity analysis for Aplicações financeiras, Empréstimos e financiamento, etc.

Divida líquida em 31 de dezembro de 2025 A sensibilidade do endividamento da Companhia em 31 de dezembro de 2025 em relação ao dólar norte-americano é como segue:

Table with columns: Risco, Cenário Projetado I, Cenário Base II, Cenário III, Cenário IV. Lists sensitivity analysis for Divida líquida em 31 de dezembro de 2025.

Em 31 de dezembro de 2025 Derivativo designado hedge accounting Swap juros/moeda designado como hedge fluxo de caixa

Table with columns: Risco, Cenário, Cenário Base II, Cenário III, Cenário IV, Cenário V, Cenário VI. Lists sensitivity analysis for Derivativo designado hedge accounting.

Derivativo designado hedge accounting Swap juros/moeda designado como hedge fluxo de caixa Gestão de capital: A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança dos acionistas, credores e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital que a Companhia define como resultados de atividades operacionais. A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e financiamentos, mais as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. Não houve alterações na abordagem da Companhia à administração de capital durante o ano.

28. Cobertura de Seguros A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

Table with columns: Itens, Tipo de cobertura, De, Até, Importância Segurada. Lists insurance coverage details.

Seguro Frotas Danos ao veículo segurado, danos materiais, corporais, Carga e Descarga

Table with columns: 28/5/2025, 11/3/2026, 30,368. Lists insurance coverage details.



Itens	Tipo de cobertura	Data de Vigência		Importância Segurada	
		De	Até		
Seguros de risco de engenharia	Básica de Obras em Construção Civil, Despesas Extraordinárias, Tumultos, Despesas de Desentulho, Despesas de Salvamento e Contenção de Sinistros, Manutenção - Prazo: 6 meses, Danos Físicos em Consequência de Erro de Projeto para Obras Cíveis	17/03/2025	21/08/2026	2,100	<p>correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da MIP Holding S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. <b>Base para opinião:</b> Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. <b>Ênfase - Receitas de incorporação imobiliária:</b> Conforme descrito na nota explicativa 3.11 e 20, as demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela Companhia, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, segue o entendimento manifestado pela CVM no Ofício circular/CVM/SNC/SEP n.º 02/2018 sobre a aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 47 (IFRS 15). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. <b>Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor:</b> A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. <b>Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:</b> A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. <b>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:</b> Nos-          sos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.          Belo Horizonte, 24 de abril de 2026</p>
Seguro ambiental	o meio de transporte durante o transporte de carga. Condições de poluição decorrentes de eventos não acidentais durante o transporte de carga	11/5/2025	11/5/2026	200	
Seguro de construção	Cobertura de Responsabilidade Civil, riscos de engenharia, Danos Físicos a Bens Móveis e Imóveis	8/4/2022	31/12/2028	371,943	
Seguro Compreensivo da atividade fim	Cobertura de Responsabilidade Civil, Danos Físicos a Bens Móveis e Imóveis	10/2/2025	10/2/2026	10,000	
Seguro Equipamento	Equipamentos e máquinas utilizados pela empresa na sua atividade fim tais como guindastes, plataformas e retroscavadeiras	31/10/2025	31/10/2026	11,000	
Seguro de Vida	Seguro de Vida Empresarial com cobertura para Morte, Morte Acidental, Invalidez por Acidente e Doença, Verbas Rescisórias, Adaptação de Casa/ Veículo e Indenização para Filhos Pós-tumos, podendo ser contratado por múltiplo salarial ou capital fixo, incluindo cobertura para cônjuge	1/10/2025	20/09/2026	883	

**Conselho de administração:**  
 Ivo Godoi Júnior Rafael de Melo Franco Fattorelli Carneiro  
 Marco Antonio Andrade Carneiro Alessandro Hanuch Sabre Nasser  
 João Bosco Varela Cançado Jacqueline Clemente da Silva

**Diretoria Executiva:**  
 Diretor Presidente - Ivo Godoi Júnior  
 Diretor Financeiro - Gustavo Barbosa Vagas  
 Contador - Bianca de Abreu Miranda - CRC MG 093615/O

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**  
 Aos Acionistas e Diretoria da MIP Holding S.A.  
 Belo Horizonte - MG  
**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da MIP Holding S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as

ERNST & YOUNG  
 Auditores Independentes S/S Ltda.  
 CRC SP-015199/O

Daniel Cruz Arantes Campos  
 Contador  
 CRC MG-091263/O

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/D765-A62F-435B-E587> ou vá até o site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: D765-A62F-435B-E587



### Hash do Documento

PTJFrtnnJDxieblEhV1dqZyuFlcz04mhM110M//PBIs=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 24/04/2026 é(são) :

- Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 19.207.588/0001-87 em 24/04/2026 22:10 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

### Evidências

**Geolocation:** Latitude: -19.9168172 Longitude: -43.9555893 Accuracy: 3662.8762724344615

**IP:** 172.16.4.17

**AC:** AC SAFEWEB RFB v5

